

## LGBTI+fobia virtual: notas sobre uma etnografia em comunidades virtuais no Facebook

Virtual LGBTI+phobia: notes on an ethnography in virtual communities on Facebook

LGBTI+fobia virtual: notas sobre una etnografía en comunidades virtuales en Facebook

*Adriano da Silva*<sup>1,a</sup>

[adriano.silva@fiocruz.br](mailto:adriano.silva@fiocruz.br) | <https://orcid.org/0000-0002-1105-9046>

*Kathie Njaine*<sup>1,a</sup>

[knjaine28@gmail.com](mailto:knjaine28@gmail.com) | <https://orcid.org/0000-0003-3250-2331>

*Queiti Batista Moreira Oliveira*<sup>1,a</sup>

[queitibmoliveira@gmail.com](mailto:queitibmoliveira@gmail.com) | <https://orcid.org/0000-0003-1721-4649>

<sup>1</sup> Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Departamento de Estudos sobre Violência e Saúde Jorge Careli. Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

<sup>a</sup> Doutorado em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca.

### RESUMO

O artigo discute a LGBTI+fobia em ambientes virtuais, a partir de etnografia virtual realizada em duas comunidades virtuais no Facebook, “Brasil sem ideologia de gênero” e “Não à ditadura *gay*”. A observação silenciosa (*lurking*) ocorreu no período 2018 a 2019, sendo analisadas 75 postagens. Seguiu-se um roteiro que buscou identificar as características dos membros, o perfil de interação, a arquitetura das comunidades, e também a percepção dos membros sobre expressões de sexualidade e gênero dissidentes da heteronormatividade. A LGBTI+fobia começa a ficar mais perceptível a partir de discursos de ódio de natureza ultraconservadora e simbólica, que se utiliza de elementos como humor, política, desinformação, e deturpação de dados científicos, visando deslegitimar a existência da população LGBTI+, justificar a retirada de direitos, e minimizar suas pautas. Destacou-se a necessidade de observação das plataformas responsáveis por esses ambientes digitais, como também a importância de uma alfabetização digital da população, de modo a capacitá-la ao uso crítico e responsável desses ambientes digitais.

**Palavras-chave:** Homofobia; Redes sociais *on-line*; Minorias sexuais e de gênero; Violência; Discriminação social.

## ABSTRACT

The article discusses LGBTI+phobia in virtual environments, based on the virtual ethnography of two virtual communities on Facebook, “Brasil sem ideologia de gênero” [“Brazil without gender ideology”] and “Não à ditadura gay” [“No gay dictatorship”]. The silent observation (lurking) occurred between 2018 and 2019, in 75 posts. This was followed by a script to identify the characteristics of members, the interaction profile, the architecture of the communities, and also the members’ perception about expressions of sexuality and gender dissident of the heteronormativity. LGBTI+phobia starts to become more noticeable from hate speeches of an ultra-conservative and symbolic nature, using elements such as humor, politics, and scientific data misrepresentation, delegitimizing the existence of the LGBTI+ population, justifying the withdrawal of rights, and minimizing their agendas. The need for observation of companies responsible for these digital environments was highlighted, in addition to pointing out the need for digital literacy of the population, in order to enable them to critically and responsibly use these digital environments.

**Keywords:** Homophobia; Online social networking; Sexual and gender minorities; Violence; Social discrimination.

## RESUMEN

El artículo analiza la LGBTI+fobia en entornos virtuales, a partir de etnografía virtual en dos comunidades virtuales en Facebook, “Brasil sem ideologia de gênero” [“Brasil sin ideología de género”] y “Não à ditadura gay” [“No dictadura gay”]. La observación silenciosa (*lurking*) ocurrió desde 2018 hasta 2019, y resultó en 75 publicaciones. A esto le siguió un guión que identificó características de miembros, perfil de interacción, arquitectura comunitaria y la percepción sobre expresiones disidentes de sexualidad y género contrarias a la heteronormatividad. La LGBTI+fobia comienza a ser más notório desde que comenzó a producirse discursos de odio de ultraconservadores y simbólicos, utilizando elementos como humor, política y tergiversación de datos científicos, con los objetivos de deslegitimar la existencia de la población LGBTI+, justificar la retirada de sus derechos y minimizar sus agendas. Se destacó la necesidad de observación de empresas responsables de estos entornos digitales, además de señalar la necesidad de la alfabetización digital de la población, con el fin de permitirles un uso crítico y responsable de estos.

**Palavras chave:** Homofobia; Redes sociais em linha; Minorías sexuales y de género; Violencia; Discriminación social.

---

## INFORMAÇÕES DO ARTIGO

### Contribuição dos autores:

Concepção e desenho do estudo: Adriano da Silva, Kathie Njaine, Queiti Batista Moreira Oliveira.

Aquisição, análise ou interpretação dos dados: Adriano da Silva.

Redação do manuscrito: Adriano da Silva, Kathie Njaine.

Revisão crítica do conteúdo intelectual: Adriano da Silva, Kathie Njaine, Queiti Batista Moreira Oliveira.

**Declaração de conflito de interesses:** não há.

**Fontes de financiamento:** não houve.

**Considerações éticas:** aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa no parecer 2.131.173.

**Agradecimentos/Contribuições adicionais:** não há.

**Histórico do artigo:** submetido: 08 dez. 2021 | aceito: 17 fev. 2022 | publicado: 30 set. 2022.

**Apresentação anterior:** não houve.

**Licença CC BY-NC atribuição não comercial.** Com essa licença é permitido acessar, baixar (*download*), copiar, imprimir, compartilhar, reutilizar e distribuir os artigos, desde que para uso não comercial e com a citação da fonte, conferindo os devidos créditos de autoria e menção à Reciis. Nesses casos, nenhuma permissão é necessária por parte dos autores ou dos editores.

## INTRODUÇÃO

A cibercultura é o conceito que se refere ao fenômeno originado pela convergência do social com o tecnológico, que fez, portanto, emergirem tecnologias digitais que se estabelecem e se consolidam no convívio entre os indivíduos e em suas formações comunitárias (LEVY, 1999, 2015; LEMOS; LEVY, 2010). Um dos frutos desse cenário é a emergência e a popularização de sites de redes sociais, surgidos por volta do início dos anos 2000, e que desde então engendram na virtualidade a natureza social de homens e mulheres, possibilitando e facilitando a expressão de opiniões e ideias de indivíduos que, organizados em redes, criam laços sociais (AMARAL, 2012; RECUERO, 2009, 2011; 2012). Ressaltam-se, assim, a pluralidade dos conteúdos e uma maior diversidade no fluxo de opiniões sobre inúmeros temas da esfera pública – o que permite uma maior democratização de expressões de pontos de vista e o acesso a eles. O lado controverso desse fenômeno, contudo, é que ficou mais fácil divulgar as expressões de violência, muitas vezes presentes nos discursos, facilitando possibilidades inerentes ao mundo virtual. Neste trabalho, debateremos como essas violências têm sido direcionadas contra pessoas LGBTI+ (lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis, transexuais e intersexos), o que caracteriza uma LGBTI+fobia virtual.

O termo ‘fobia’ deriva do grego *phóbos* (dar medo). Consiste num estado de angústia, ‘medo’, algo praticamente impossível de se controlar. É também uma espécie de ‘aversão’, ‘falta de tolerância’. Os medos não estão, portanto, isolados dos contextos sociais e culturais dos indivíduos, mas conjugam-se aos preconceitos criados com base no que a cultura assim determina como certo ou errado (SILVA; FRANÇA, 2019). O termo ‘homofobia’ surge em 1971, em estudo de K.T. Smith que analisa traços da personalidade homofóbica. Posteriormente, G. Weinberg define ‘homofobia’ como o receio da proximidade com homossexuais, ou o ódio a homossexuais, como uma homofobia internalizada (BORRILLO, 2010; SILVA; FRANÇA, 2019).

Atualmente, e para além de atitudes de “extrema apreensão psicológica (fobia)”, a homofobia é compreendida como reações preconceituosas e discriminatórias contra relações afetivas entre pessoas do mesmo sexo, atingindo uma dimensão pessoal, que rejeita o sujeito homossexual, e também uma dimensão cultural, onde a rejeição se volta contra à homossexualidade. Em ambas as dimensões, a violência pode assumir tanto a forma de agressões diretas, xingamentos, abusos físicos e sexuais, como também uma violência simbólica, por vezes imperceptível às suas vítimas, estando presente nas estruturas de significados sociais e culturais (BORRILLO, 2010).

Embora seja comum o uso do termo ‘homofobia’, ele remete a um entendimento de uma violência sofrida apenas, ou mais comumente, por homossexuais masculinos, invisibilizando outras vítimas como lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais, intersexos, e demais sujeitos que para a sociedade não estariam inseridos nos padrões normativos de gênero e sexualidade (SILVA; FRANÇA, 2019). Assim, torna-se mais apropriado o uso de um termo que abarque a pluralidade dessa violência, desde a perspectiva das orientações sexuais até as identidades de gênero. Sendo assim, optamos por LGBTI+fobia.

Na internet, esse tipo de violência, subtraída de materialidade, é perpetrada a partir de discursos motivados pela intolerância, que criam sentidos e reforçam ideologias que endossam formas de agressões contra essa população. Assim, dentro ou fora de telas de computadores, celulares etc., as consequências dessas violências são muitas dores e grandes sofrimentos, com agravos à saúde física e mental, podendo em algumas circunstâncias levar à morte (ISP, 2018; BENEVIDES; NOGUEIRA, 2018; GRUPO GAY DA BAHIA, 2020; ANTRA, 2021).

A LGBTI+fobia, que ocorre em ambientes como comunidades virtuais, têm sido objeto de denúncia e mobilização por parte da sociedade e de movimentos sociais organizados. De acordo com a Central Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos, criada e mantida pela Safernet, em 2020 a LGBTI+fobia

respondeu por 5.293 das denúncias recebidas e processadas envolvendo 2.886 páginas (SAFERNET, 2021). No Dossiê LGBT+, do Instituto de Segurança Pública (ISP), no Rio de Janeiro (2018), os ambientes virtuais responderam por 5,6% das ocorrências de crimes LGBTI+fóbicos, estando à frente de ocorrências em bares, restaurantes, e em estabelecimentos de ensino. O Dossiê assassinatos e violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2018 (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2018) reforça esse dado, situando a internet na terceira posição de locais de ocorrência.

Observamos que a LGBTI+fobia virtual tem sido compreendida como um possível desdobramento da magnitude da violência LGBTI+fóbica. Neste trabalho, nosso objetivo é compreender como esses espaços virtuais, mediados por dispositivos tecnológicos de comunicação, têm sido utilizados como catalisadores de discursos de natureza LGBTI+fóbica.

## INVESTIGANDO AS PISTAS NAS REDES DIGITAIS – OS CAMINHOS DA PESQUISA

A abordagem metodológica utilizada foi a etnografia virtual, que permite observar a internet como “cenário cultural”, rico e complexo (HINE, 2000, 2005, 2016). Assim, a internet deixa de ser um ambiente abstrato, uma rede utilizada de maneira frequente e despercebida, e torna-se um espaço de análise de ‘onde se está’ e ‘para onde se vai’, eliminando assim os limites entre o *on-line* e o *off-line*. O foco da etnografia virtual está, portanto, nas experiências e nos processos que ocorrem nela como meio de comunicação, sendo o espaço *on-line* o cenário no qual a cultura é criada e recriada com outra dinâmica.

Campanella e Barros (2016, p. 5) afirmam que o avanço das tecnologias que fazem a internet ser o que vemos hoje “criaram oportunidades e desafios na pesquisa de articulação entre meios de comunicação e cultura”. Além disso, a ampliação do uso da internet modificou as formas como utilizamos os espaços públicos e privados, sobretudo nas fronteiras entre esses espaços, tornando-a uma rica fonte de pesquisa etnográfica. Evidentemente, a observação feita, na ou a partir da internet, traz consigo novos dilemas, tanto metodológicos – pela grandiosidade de dados que fornece – como também éticos. Dessa forma, para a realização de pesquisas etnográficas na internet, é necessário o uso de novas formas de pensar e agir que também desafiam o campo da antropologia (MILLER; SLATER, 2004; ESCOBAR, 2016; HINE, 2016; RAMOS, 2016). Para Escobar (2016, p. 22): “[...] novas tendências no estudo da tecnologia estão transformando de forma dramática as noções clássicas do campo”.

Este estudo ocorreu entre os anos de 2018 e 2019 no âmbito da pesquisa Violência na comunicação digital: análise dos discursos e práticas disseminados na internet sobre homofobia, autoperpetração de violências, *cyberdating abuse e cyberbullying*. Selecionamos duas comunidades virtuais a partir do Facebook, que, na época, era o *site* de rede social mais acessado, e com maior número de usuários ativos, disponível na internet (aproximadamente 2.260.833 usuários), de acordo com o observatório Internet Live Stats (2018).-

Considerando a vasta quantidade de páginas com características comunitárias no Facebook, elaboramos uma estratégia aplicada no campo de busca do próprio *site*, utilizando os termos: ‘gay’, ‘lésbica’, ‘LGBT’, ‘homofobia’, ‘homossexualidade’, ‘gênero’, e ‘homossexualismo’. A partir disso, analisamos os resultados recuperados – comunidades, grupos, páginas comerciais, perfis pessoais e eventos – com auxílio do aplicativo Netvizz, uma extensão do Facebook que permite a extração de dados públicos detalhados, quais sejam: os números de interações, o número de membros e os comentários nas comunidades (RIEDER, 2013). O Netvizz é uma ferramenta citada por pesquisadores em mais de trezentos artigos acadêmicos que nos possibilitou a análise das discussões a partir das postagens e dos sentimentos dos usuários em relação a diferentes assuntos (SOUSA, 2019). O aplicativo, contudo, foi descontinuado em setembro de 2019, o que viabilizou sua utilização apenas para escolha das comunidades observadas e para alguns dados de interação mais gerais.

Foram selecionadas comunidades que, além de estabelecerem coerência com os objetivos da pesquisa maior, satisfizessem os seguintes critérios: aberta/pública em termos do grau de privacidade, grau de atualização das postagens (a data da última postagem, assim como a frequência entre uma postagem e outra, e as suas interações); conteúdo das postagens com vista à percepção de expressões de LGBTI+fobia. Desse modo, selecionamos as comunidades “Brasil sem ideologia de gênero” e “Não à ditadura *gay*”, a primeira tendo 10.525 curtidas e 10.431 seguidores, e a segunda 874 curtidas e 872 seguidores. Com o auxílio do Netvizz, acessamos dados retroativos ao período de observação, o que também contribuiu para a escolha das comunidades. “Brasil sem ideologia de gênero” tinha, na ocasião, 332 postagens, com um total de 35.778 curtidas, 2.638 comentários e 16.574 compartilhamentos; enquanto a comunidade “Não à ditadura *gay*” possuía 197 postagens, com 628 curtidas, 108 comentários e 1.311 compartilhamentos. Consideramos os números expressivos, em termos de engajamento e compartilhamento dos conteúdos, identificados por nós como LGBTI+fóbicos.

A seleção da comunidade “Brasil sem ideologia de gênero” foi oportuna ao estudo, por conta das controvérsias presentes nas postagens sobre o que é entendido como ‘ideologia de gênero’ por grupos ultraconservadores. De acordo com Junqueira (2018), o termo ‘ideologia de gênero’ é um neologismo, oriundo de uma profunda estratégia de comunicação e persuasão eficiente promovida por grupos reacionários e fundamentalistas, com projeto autoritário que visa impedir os avanços das pautas relacionadas a gênero e sexualidade a partir de uma agenda moralmente regressiva, representada pela imagem e defesa da família tradicional. Integram esses grupos as organizações religiosas, as associações e redes pró-família e pró-vida, as clínicas de conversão sexual (cura *gay*), grupos de juristas e de médicos cristãos e alguns movimentos, partidos políticos, setores midiáticos, agentes públicos, dirigentes de Estado etc. Entre outras pautas, estão a reafirmação das hierarquias sexuais, a repatologização das dissidências sexuais e de gênero (homossexualidades, transgeneridades), a exclusão da educação sexual dos currículos escolares e a restrição dos adolescentes ao acesso a essas informações, como também a criminalização do aborto.

A comunidade “Não à ditadura *gay*”, por sua vez, embora não tratasse diretamente do combate à ‘ideologia de gênero’, tinha conteúdos publicados que convergiam muitas vezes com essa pauta, criando semelhanças com a comunidade “Brasil sem ideologia de gênero”, mas com ênfase na construção de um inimigo público que ameaça a liberdade religiosa e a liberdade de expressão. Tais inimigos estão contidos no conjunto formado por feministas radicais, ativistas LGBTQIA+, políticos de esquerda e apoiadores do comunismo, nos organismos internacionais e seus aliados etc. (JUNQUEIRA, 2018; LIONÇO *et al.*, 2018; MATTOS, 2018). O foco da comunidade é direcionado também ao cenário político, servindo como espaço para afirmação de apoio a candidatos de extrema direita, com discursos em defesa da família e da vida, reafirmando um projeto político autoritário de poder (JUNQUEIRA, 2018).

Após essa etapa de seleção, iniciamos procedimentos metodológicos para a observação das comunidades. Uma vez que são abertas, sem restrições de acesso ou necessidade de autorização de um moderador, todas as postagens antigas e correntes puderam ser observadas, embora tenham sido objetos deste trabalho apenas os conteúdos postados no período de observação. As questões éticas da pesquisa foram discutidas e observadas, e primou-se por minimizar ao máximo a possibilidade de identificação dos membros das comunidades ao descrever os conteúdos postados e o conjunto das interações. Este certamente foi um dos momentos mais complexos da realização deste trabalho de campo: afinal, como realizar uma imersão em um ambiente LGBTI+fóbico, ou seja, hostil, do ponto de vista da pesquisa? Compreendendo o desafio ético no caminho da pesquisa, buscamos nos amparar nas recomendações feitas pela literatura (ELM, 2009; ANGIROSSINO, 2009; FRAGOSO; RECUERO; AMARAL, 2013) e também pela Association of Internet Researchers (AOIR, c2020).

Fragoso, Recuero e Amaral (2013) indicam duas possibilidades de observação: o *lurking* e *insider*. No *lurking*, a observação é silenciosa, e a comunidade não é informada que está sendo observada pelo pesquisador, enquanto no *insider* a observação é participante, e o pesquisador se apresenta e se integra à comunidade analisada. Optamos por realizar uma observação a partir do *lurking*, uma vez que esse nível de observação se mostrou mais pertinente, dado que a LGBTI+fobia pode se apresentar como conteúdo sensível que pode fragilizar tanto os informantes como o próprio pesquisador, ou mesmo fragilizar essa relação, pondo em risco os resultados (FRAGOSO; RECUERO AMARAL, 2013). Entendemos que o *lurking* traz também algumas limitações para a imersão nesse campo de estudo, pelo fato de o pesquisador não interagir com os membros das comunidades. A observação participante ou silenciosa ainda são desafios de um processo metodológico em construção. Procuramos, assim, sublimar a ausência da interação com os participantes das comunidades, enfatizando as interações das postagens e a arquitetura e a estética das comunidades virtuais, por evidenciarem também um campo de manifestações da violência contra a população LGBTI+, disseminadas na internet, que têm um alcance de circulação e um consumo incalculável.

Nesse sentido, vale retomar o que Peirano (2014, p. 380) nos traz acerca da “empíria”, enquanto material que coletamos, analisamos e que “não são apenas dados coletados, mas questionamentos, fontes de renovação”. Mesmo enquanto observadores silenciosos, não deixamos de ser atravessados, em alguma medida, e de ser impactados pelo conteúdo LGBTI+fóbico, sobretudo aquele perpetrado a partir de recursos característicos de ambientes virtualizados. E consideramos que esse atravessamento pode e deve ser objeto de uma descrição densa, assim como o próprio ambiente virtual, que é permeado, muitas vezes, por uma linguagem singular.

Elaboramos e seguimos um roteiro que guiou a observação, envolvendo as seguintes questões: (1) Quando/onde/como é feito o acesso às comunidades virtuais pelos pesquisadores? (navegador, casa ou espaço público, horário e duração da observação etc.); (2) Como é a estrutura das comunidades virtuais? (*links* e páginas relacionadas, textos e/ou imagens de apresentação etc.); (3) Como se dá a dinâmica de interações entre os membros das comunidades? (curtidas, reações, comentários, *posts* e compartilhamentos); (4) Quais as características dos membros das comunidades? (perfil de interação, anonimato etc.); (5) Nas comunidades, existe a presença de um moderador? Se sim, como é feita a comunicação, com os membros?; e (6) Como as sexualidades são percebidas pelos membros das comunidades? (xingamentos, ameaças, galhofas etc.).

Iniciamos a observação no dia 11 de junho de 2018, às 10h, e finalizamos o processo no dia 24 de setembro de 2019, às 13h. O recorte temporal foi estabelecido visando um ciclo de um pouco mais de um ano de interações – o que abrangeria datas comemorativas expressivas para o contexto brasileiro, como o Natal, o Ano-novo, o Carnaval e os demais feriados religiosos, que poderiam trazer cenários diversos para compreensão das interações. Ademais, o período foi marcado pelo pleito eleitoral de 2018, no qual assistimos a profundas discussões morais, consequentes da polarização política que se estabeleceu no país. As observações foram realizadas a partir de um perfil de pesquisador, no Facebook, criado para evitar viés e personalização dos resultados. O acesso às páginas foi feito por computador pessoal, a partir de um navegador em modo invisível, função oferecida pelo Google Chrome, navegador utilizado no estudo. Esses cuidados foram tomados para que se evitassem os efeitos do “filtro bolha” (PARISER, 2012, p. 18), que customiza, a partir do perfil de navegação do usuário, os resultados e as informações recuperadas. Ao todo, observamos 75 postagens, das quais 9 eram correspondentes à comunidade “Brasil sem ideologia de gênero”, e 66, à comunidade “Não à ditadura *gay*”. A discrepância entre uma comunidade e outra, em termos do número de postagens, não foi relevante em relação ao número de interações e ao nível de engajamento aos conteúdos postados.

## ROTAS DA VIOLÊNCIA NAS COMUNIDADES VIRTUAIS

As principais interações realizadas no Facebook, em comunidades dessa natureza, são, ‘curtidas’, ‘comentários’ e ‘compartilhamentos’. As informações que alimentam a comunicação entre os membros das comunidades se iniciam a partir do ‘curtir’ e ‘seguir’, e, para compreensão, é importante entender os sentidos que essas ações têm. Santos (2014) explica que culturalmente, no Facebook, a curtida é a manifestação mais usual de apoio e de alinhamento às ideias e opiniões que são intercambiadas entre os membros da comunidade. O ‘curtir’ um “sinônimo de sintonia, amizade, adesão, e também da inevitável popularidade daquele que emite o *post* muitas vezes curtido” (SANTOS, 2014, p. 1).

Há também interações classificadas como ‘reações’, como, por exemplo, “Amei”, “Grr”, “Haha”, “Uau” e “Triste”. As reações são funções disponíveis no Facebook, e a partir delas os membros podem expressar, respectivamente, ‘amor’, ‘raiva’, ‘alegria’, ‘perplexidade’ ou ‘tristeza’. Cada uma dessas funções expressa a intensidade no alinhamento, ou a personalização de reação junto à postagem, ou mesmo uma desaprovação. No total, na comunidade “Brasil sem ideologia de gênero” houve 393 interações, ao passo que na comunidade “Não à ditadura *gay*” o número de interações foi 353. Como as curtidas e as reações são interações mais simples e rápidas, esse dado não nos informou muito em termos qualitativos, mesmo porque jaz uma incerteza se todo conteúdo postado nessas comunidades é, de fato, lido ou assistido na íntegra.



Figura 1 – Representação das reações do Facebook

Fonte: reprodução de tela dos autores, retirado do Facebook (2019).

A estrutura das comunidades segue o *layout* padrão do Facebook, ou seja, agregando valores comunitários, a partir do chamado *Feed* de notícias, onde cada usuário pode compartilhar fotos, vídeos e textos. Em ambas as comunidades existe um campo ‘sobre’ os dados de criação da página e a indicação de responsabilidade, entre outras informações que são também disponibilizadas. A comunidade “Não à ditadura *gay*” foi criada em 17 de março de 2015, com uma indicação de responsabilidade apresentada pela comunidade a partir de dois perfis de usuários. Além disso, no ícone ‘Mais informações’, temos o seguinte texto:

Declaração de autoria  
NÃO À DITADURA GAY  
[Autor da página]

Um observador atento notará que a “causa *gay*” tem cada vez mais espaço e maior influência nos meios de comunicação de massa. Costuma-se dizer que direito é bom senso. E isso é inteiramente verdadeiro. Esse é um modo mais simples de afirmar que o direito é razão, isto é, deve ser racional, lógico, coerente. Uma norma jurídica ilógica, desarrazoada, contrária à natureza das coisas, não deveria obrigar quem quer que fosse, não deveria estar no mundo jurídico e nem mesmo no mundo dos fatos. Onde não há lógica, não há direito. Há uma máxima segundo a qual “quem não vive como pensa, acaba pensando como vive”. Quer dizer: quem não pauta sua vida segundo os postulados da razão, do bom senso, sem o perceber, como que preso por um entorpecimento ou aniquilamento do raciocínio, passa a julgar ser razão viver sob o jugo dos instintos e das paixões, dos apetites mais baixos da sensibilidade. Essa regra, válida para qualquer homem, também é válida para o Estado, pois ele reúne as virtudes e os vícios de seus súditos. (Comunidade “Não à ditadura *gay*”).

A comunidade “Brasil sem ideologia de gênero” não tem a data de criação informada, embora estimemos que a página tenha sido criada em 2015, de acordo com data da primeira postagem realizada. Tampouco há dados sobre os proprietários da página ou moderadores. Em sua apresentação, consta o seguinte texto: “O Brasil tem sido o único país no mundo a combater séria e firmemente a ideologia de gênero. Em nenhum outro lugar houve tão forte oposição. Continuemos!!”.

Em relação ao perfil dos membros das comunidades, não percebemos nenhuma característica destacável, em termos de gênero, escolaridade, raça/cor da pele etc. Alguns usuários ainda têm perfis sem fotos, ou mesmo com poucas informações pessoais, o que, na postagem, impossibilita a identificação. Não se trata necessariamente de perfis anônimos, e nenhuma postagem foi classificada como anônima; no entanto, alguns perfis contam apenas com informações mínimas, usando nomes fictícios como nomes de usuário, que servem somente às interações, em determinadas comunidades. Embora os membros das comunidades estejam alinhados com os objetivos destas, observamos também alguns comentários contrários às postagens de cunho LGBTI+fóbico o que gerou controvérsias em alguns momentos.

As páginas estudadas apresentam duas imagens principais: a foto da capa e a foto do perfil. Essas duas imagens parecem ter a função de informar aos usuários as principais ideias e a motivação da comunidade, servindo como primeira mensagem a ser divulgada.

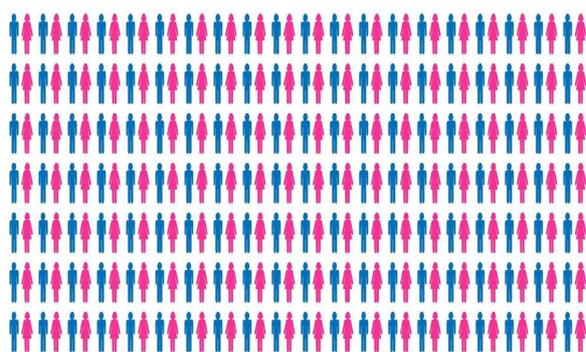


Figura 2 – Foto de capa da comunidade “Brasil sem ideologia de gênero”

Fonte: reprodução de tela dos autores, retirado do Facebook (2019).



Figura 3 – Foto de capa da comunidade “Não à ditadura gay”

Fonte: reprodução de tela dos autores, retirado do Facebook (2019).



Figura 4 – Foto de perfil da comunidade “Brasil sem ideologia de gênero”

Fonte: reprodução de tela dos autores, retirado do Facebook (2019).



Figura 5 – Foto de perfil da comunidade “Não à ditadura gay”

Fonte: reprodução de tela dos autores, retirado do Facebook (2019).

A comunidade “Brasil sem ideologia de gênero” busca enfatizar o binarismo de gênero, muito presente no simbolismo das cores azul (masculino) e rosa (feminino), tanto na foto de perfil como na foto de capa, na qual esse objetivo fica explícito com a presença dos símbolos masculino e feminino, fazendo alusão a um único enquadramento de gênero e sexualidade possíveis. A afirmação da masculinidade e da feminilidade, a partir de estereótipos, símbolos e marcas socialmente construídos, articulam-se com uma premissa rebiologizante e essencializadora das concepções dos corpos, e também de uma composição ‘natural’ da família. O que é diferente dessas concepções tende a ser patologizado, o que Louro (2018) chama de “pedagogia das sexualidades”, um processo sutil, discreto, contínuo, mas quase sempre eficiente e duradouro de disciplinamento dos corpos, expressivamente realizado no âmbito da escola, mas também produzido em outras instituições, como família, igreja, mídia e leis (JUNQUEIRA, 2018; LOURO, 2018).

As imagens da comunidade “Não à ditadura *gay*” associam o movimento LGBTI+ a um tipo de movimento autoritário, opressor e análogo a uma ditadura política e religiosa, como afirma o texto da foto de capa, “Liberdade religiosa ameaçada – Ditadura *gay* no Brasil – Vote contra diga NÃO!”, o que endossa a construção de um ‘inimigo’, conforme explicado por Junqueira (2018). As imagens dessa comunidade guardam um grau de violência simbólica que não só descredita os avanços dos direitos humanos de pessoas LGBTI+ como insinua uma inversão de valores com o substantivo “liberdade”, palavra basilar para esse movimento que, na verdade, busca o direito de expressar livremente a diversidade sexual e de gênero. Conforme é possível visualizar nas Figuras 3 e 5, as tarjas usadas, que reprimem, que calam, ou mesmo que sufocam, têm as cores da bandeira do orgulho LGBTI+ – símbolo de uma luta, que representa, a partir de suas cores, vida, cura/saúde, luz do sol, natureza, arte e espírito (REIS, 2018). Ou seja, significados totalmente contrários ao que é postulado pela comunidade virtual, que subverte esse símbolo a um nível totalmente oposto ao que representa o seu significado histórico.

Além das imagens de apresentação, a página principal das comunidades traz uma lista de outras páginas, informadas como relacionadas ou seguidas. No período da observação, a comunidade “Brasil sem ideologia de gênero” seguia apenas uma página, a “RJ contra a ideologia de gênero”. A comunidade “Não à ditadura *gay*”, por sua vez, seguia páginas cujos conteúdos de natureza ideológica endossam os propósitos das páginas observadas na pesquisa, afirmando posicionamentos políticos e sustentando o funcionamento em rede. Além disso, foi comum a observação de conteúdos com postagens criadas pelas páginas relacionadas, embora não exclusivamente. Outro elemento que chamou atenção foram as imagens e os vídeos fixados na página inicial das comunidades, servindo como uma espécie de ‘vitrine’. Trata-se de imagens e vídeos, que reforçam o discurso ideológico da página, desde preferências político-partidárias até memes.

Em relação às postagens escritas, os elementos resultantes de ambas as comunidades convergem no sentido do discurso da primazia da ‘heteronormatividade’, termo cunhado por Michael Warner nos anos 1990, que se refere à função normativa da heterossexualidade, eleita como norma, padrão, ou o ‘normal’, com base na hierarquização e no julgamento de todas as demais expressões de sexualidade. Trata-se de um padrão social de sexualidade hegemônico aceito na sociedade atual (JUNQUEIRA, 2018; SOUZA; SILVA, 2011; PRADO, MACHADO, 2012; SOUZA *et al.*, 2015). Rios (2007, p. 33) define heteronormatividade como “um sistema onde a heterossexualidade é institucionalizada como norma social, política, econômica e jurídica”.

Na comunidade “Não à ditadura *gay*”, o discurso se articula em torno do argumento de que o movimento LGBTI+ promoveria, em nome de liberdade sexual e de gênero, uma opressão à liberdade religiosa, aqui compreendida como instituições e valores religiosos que condenam práticas sexuais contrárias à heteronormatividade. Essa arquitetura discursiva cria, assim, uma visão monolítica, simplista, tanto do conceito de liberdade quanto do de religiosidade. A comunidade “Brasil sem ideologia de gênero”, por sua vez, se coloca como um fórum de discussão agregador de defensores da família tradicional, combatendo

assim a suposta ‘ideologia de gênero’. Assim, suas postagens enfatizam não a questão do gênero, como um fator sociocultural, mas, sim como uma característica natural e biológica. Desse modo, as postagens se dedicaram a refutar o que se entende como ‘ideologia de gênero’, a qual a população LGBTI+ estaria empenhada em inserir na agenda política nacional e mundial. Em ambas as comunidades há um tom conspiratório baseado em uma narrativa de combate a um ‘mal’ (grifo do autor) que ameaça a estrutura tradicional da família, a educação de crianças e adolescentes e a sociedade.-

A dinâmica das interações de ambas as comunidades, porém mais frequente na comunidade “Brasil sem ideologia de gênero”, incluiu postagens de vídeos, textos jornalísticos, artigos acadêmicos e convocação de especialistas e instituições que se pronunciavam acerca dos temas discutidos, como uma forma de respaldar os argumentos propostos. De acordo com Junqueira (2018) e Lionço *et al.* (2018) é característica comum dos discursos antigênero refutar os estudos de gênero com especulações, deslegitimando o rigor científico desses estudos, revertendo seus sentidos a partir de estratégias discursivas. Algumas instituições, como a Associação Médica pela Diversidade, a Academia Americana de Pediatria, a Associação de Médicos Pediatras Americanos e a Universidade da Califórnia, são evocadas nas postagens.

Em uma postagem realizada no dia 7 de agosto na comunidade “Brasil sem ideologia de gênero”, esse tipo de interação foi bem evidenciado e recebeu até a data final de observação um total de 133 comentários – o maior número de comentários que percebemos durante a observação. A postagem não trazia qualquer elemento que destoasse das demais, no entanto, um dos comentários promoveu uma longa discussão. No comentário, um dos membros questiona o porquê da discordância sobre a ‘teoria de gênero’, uma vez que o Facebook permite que cada comentário postado seja respondido individualmente – o comentário em questão recebeu aproximadamente 46 respostas do total de comentários contidos na publicação. Nenhuma outra postagem observada recebeu essa audiência, fato que nos chamou atenção nessa interação especificamente. A discussão que se seguiu foi inicialmente respondida pela própria comunidade, na figura do moderador, embora a discussão tenha se aprofundado especificamente entre dois usuários, em uma troca de mensagens que se inicia de forma cordial, e segue, gradualmente, evoluindo para uma discussão mais combativa. No fluxo das mensagens, destacou-se a troca de *links* que remetiam a artigos acadêmicos, recuperados em bases de dados científicas, como PubMed/Medline e SciELO, e também a instituições defendidas como ‘científicas’, formando-se um conjunto de argumentos que disputavam valor de verdade e *status* científico. Todavia, num exame mais acurado dessas interações, observamos que algumas das instituições mencionadas são vinculadas a organismos religiosos com forte atuação na discussão sobre gênero e sexualidade, em geral com posicionamentos ultraconservadores. A seguir destacamos alguns dos comentários extraídos dessa discussão:

Usuário A: Por que vocês não concordam com a TEORIA DE GÊNERO?

Brasil sem ideologia de gênero: Porque é uma teoria e não requer obrigatoriedade de concordância. O outro ponto, ainda mais importante, é que é uma teoria que não tem respaldo algum na realidade, portanto, totalmente ideológica. Suas raízes e seus propagadores são claríssimos quanto a isso. É uma teoria que intenta diluir a identidade da pessoa; que diz não haver definição de “gênero” e pretende “derrubar o sexo binário”. Isto é pura ideologia. Ora, se ninguém é nada, como se atrevem a categorizar os “nadas”, as “folhas em branco”? A ideologia de gênero é uma teoria que esnoba a verdade.

Usuário B: Basicamente, a ideologia de gênero diz que não importa a biologia, não importa o que a ciência diz a respeito da sexualidade, o que importa é como a pessoa se sente. Hoje Joãozinho se sente mulher e a sociedade deve tratá-lo como mulher. Se amanhã, Joãozinho se sentir homem novamente, tudo bem, a sociedade tem que se adequar aos sentimentos de Joãozinho.

Usuário A: Brasil SEM ideologia de gênero. Você está muito enganada sobre o que diz a teoria de gênero, existem vários artigos científicos sobre o tema, sugiro uma leitura sobre o tema. Por exemplo, veja o que diz a Academia Americana de Pediatria: <https://www.healthychildren.org/English/ages-stages/gradeschool/Pages/Gender-Identity-and-Gender-Confusion-In-Children.aspx?fbclid=IwAR1JWXIvayo0nRSIRVmH1nQBDerW40FWPJoQomRtn8otBua5Du7YpJSqFyA>.

Usuário A: Você está errado sobre o tema, existem vários artigos científicos sobre tema, procure se informar melhor. Informação de verdade não vem de padre e de pastor.

Usuário C: [...] por que você concorda com a IDEOLOGIA DE GÊNERO?

Usuário A: [...] porque é uma ciência comprovada por diversos estudos. Nunca achei nenhum estudo sério que fosse contra a TEORIA DE GÊNERO. Porque o ser humano é muito mais do que xx e xy. Só por isso.

Usuário C: Por diversos estudos? Quais estudos? Os que você mandou não comprovam absolutamente nada, só foi uma forma mais sofisticada de dizer que o ser humano é mais do que xx e xy, sem nenhum respaldo científico e a Associação Americana de Pediatría já se posicionou contra a ideologia de gênero. [https://padrepauloricardo.org/blog/associacao-americana-de-pediatras-fulmina-ideologia-de-genero?fbclid=IwARoJdcX2JAPUBxmtt-5OBdjbpo-T6G5\\_uNbqedtDQMXR6mtI5djYml245M](https://padrepauloricardo.org/blog/associacao-americana-de-pediatras-fulmina-ideologia-de-genero?fbclid=IwARoJdcX2JAPUBxmtt-5OBdjbpo-T6G5_uNbqedtDQMXR6mtI5djYml245M).

Usuário A: [...] American College of Pediatricians que este padre falou não é associação de pediatras americanos. Na verdade, eles são carolas fundamentalistas que largaram a ciência e fundaram esta associação que não representa médicos americanos. Basta ver na própria página da associação quais são os seus valores. (Comunidade “Brasil sem ideologia de gênero”).

Da mesma maneira que organizações médico-científicas são mencionadas para fins de legitimação de argumentos LGBTI+fóbicos, outras são mencionadas como cúmplices na suposta implantação da ‘ideologia de gênero’, ou pautas são lidas como favoráveis ao movimento LGBTI+. Observamos um discurso mais combativo em relação à Rede Globo, embora outras organizações internacionais também tenham sido mencionadas, como a Organização das Nações Unidas (ONU), a Unesco e o Banco Mundial, endossando o que identificamos anteriormente – a construção de um inimigo.



Figura 6 – Comunidade “Brasil sem ideologia de gênero”  
Fonte: reprodução de tela dos autores, retirado do Facebook (2019).



Figura 7 – Comunidade “Não à ditadura gay”  
Fonte: reprodução de tela dos autores, retirado do Facebook (2019).

Na maior parte das vezes, os discursos LGBTI+fóbicos apresentaram-se de formas relativamente sutis, muito mais na defesa de uma pauta e na proposição de discussões, do que na forma de agressões verbais, ameaças, desprezo ou desejo de aniquilação explícitos. Um recurso utilizado em algumas postagens que demonstram essa relativa sutileza foi o uso de humor, muito presente na comunicação em comunidades virtuais, na forma de memes, que utilizam vídeos ou imagens em movimento (*gifs*).



Figura 8 – Comunidade “Brasil sem ideologia de gênero”

Fonte: Facebook (2019).



Curtir · Responder · 23 sem

Figura 9 – Comunidade “Brasil sem ideologia de gênero”  
Fonte: Facebook (2019).

Em ambas as comunidades, postagens em tom ameaçador, como xingamentos ou ofensas mais explícitas, foram menos numerosas, o que destaca uma forma mais sutil de construção do discurso LGBTI+fóbico. Nas postagens feitas diretamente pelos administradores das comunidades, não houve ofensas diretas, mas, sim, críticas morais e ultraconservadoras, como também a convocação das teorias da conspiração. Percebemos ofensas mais diretas apenas nos comentários das postagens que direcionavam as agressões às figuras do universo político e científico conhecidas por suas pautas e seus estudos sobre temas como a defesa dos direitos humanos dos grupos LGBTI+ e de mulheres.

Comentário 1: O COCÔ DO MEU CACHORRO VALE MAIS QUE ELES! (Comunidade “Brasil sem ideologia de gênero”)

Comentário 2: Não ao aborto. (Comunidade “Brasil sem ideologia de gênero”)

Comentário 3: E SE TIVESSEM SIDO VCS OS ABORTADOS?

Resposta ao Comentário 3: [...] se tivessem sido eles, o mundo seria melhor.

Resposta ao Comentário 3: [...] não nasceram, foram espremidos, são furúnculos da sociedade. (Comunidade “Brasil sem ideologia de gênero”)

Comentário 4: Escrotos nojentos. (Comunidade “Brasil sem ideologia de gênero”)

Comentário 5: Lixo. (Comunidade “Brasil sem ideologia de gênero”)

Comentário 6: Cínicos, covardes e hipócritas! Como alguém pode votar nesse cara? (Comunidade “Brasil sem ideologia de gênero”)

Comentário 7: Marionetes do esterco do diabo. (Comunidade “Brasil sem ideologia de gênero”)

A interação dos membros dessas comunidades não revela apenas um discurso de ódio voltado contra às pessoas LGBTI+, mas também a face agressiva e belicosa de pautas conservadoras em curso no poder legislativo do país. Embora existam algumas singularidades, os limites entre ambas as comunidades virtuais são marcados por poucas diferenças, uma vez que os recursos narrativos utilizados são basicamente os mesmos, ou seja, ideologias políticas, relativização científica e acionamento de pânico morais, além

da criação de teorias conspiratórias. Esses discursos amplificam a violência LGBTI+fóbica e devem ser observados e enfrentados não só por indivíduos LGBTI+, mas por toda a sociedade.-

## O ÓDIO NA INTERNET E OS SEUS DISCURSOS

A internet tem servido de palco para movimentos de ódio se articularem a fim de disseminar ideias e de proferir ataques aos direitos humanos, ao usufruir das facilidades de postagens e do anonimato. A praticidade de produção, o compartilhamento de conteúdo e a rapidez com que isso ocorre dificultam o tratamento da ‘LGBTI+fobia virtual’, como bem observado em nossa pesquisa, mesmo para o direito (MAYNARD, 2013; MOREIRA; BASTOS; ROMÃO, 2012). Chetty e Alathur (2018) admitem que os avanços obtidos na internet têm trazido benefícios para a sociedade, como novas formas de sociabilidade e maior acesso à informação. No entanto, apontam que esse avanço trouxe um lado obscuro, que foi o crescimento de discursos violentos amplificados pela internet em nível mundial. Feitosa e Morato (2018) compreendem que a liberdade oferecida pelas redes digitais torna possível a quase todos a expressão livre e igualitária do pensamento, tão imediata quanto a capacidade de sua manifestação na tela. Todavia, essa liberdade traz consigo a preocupação com a reprodução de desinformação, as violências, o ódio e a intolerância, ou seja, um dispositivo para a promoção de discriminações e de ofensas dirigidas a grupos sociais politicamente minoritários.

Ao passo que fomentam a desqualificação, a inferiorização e o desprezo a indivíduos ou a grupos sociais, os discursos LGBTI+fóbicos podem ser caracterizados como discursos de ódio, um tema urgente do nosso tempo histórico (OLIVEIRA; LIMA; GOMES, 2018; CARVALHO; LIONÇO, 2019). A linguagem, seu maior instrumento, detém o poder de perpetuação do ódio, o qual se propaga, alcança novos emissores e cria um ciclo difícil de ser quebrado, posto que se reproduz, quando a linguagem é replicada e compartilhada inúmeras vezes.

De acordo com Butler (2021), o discurso de ódio intenta o exercício de subordinar o sujeito, criando um lugar de existência dependente do chamamento do outro, reinocando uma posição de poder e dominação que é reforçada no momento do seu enunciado. Convenciona-se a interpelação dos termos injuriosos que constituem esses discursos, mas o poder ali exercido é de difícil localização e identificação, dado que embora se origine de um sujeito, dificilmente este sujeito o iniciou ou o terminará. O discurso é, assim, circulante, sendo repetido de sujeito a sujeito, operando por meio da acumulação e dissimulação que, ao fim, dão força ao termo injurioso. O sujeito que o profere está se aglutinando a uma série de falantes. Daí a complexidade de tratamentos jurídicos a fim de coibir o discurso de ódio, pois “o esforço jurídico para controlar o discurso injurioso tende a isolar o ‘falante’ como o agente culpável, como se o falante estivesse na origem de tal discurso” (BUTLER, 2021, p. 71).

É tênue a diferença que separa liberdade de expressão e discurso discriminatório, e é nesse aspecto que se insere parte da discussão sobre LGBTI+fobia nas comunidades virtuais. Para Cazellato e Cardin (2017), a internet se configura como um significativo canal de exposição ilimitada de conhecimento, que reinventa a concepção de cidadania e linguagem. No entanto, também vem se tornado um repositório de desinformações, com conteúdos falsos, distorcidos e injuriosos (FRANCISCO, 2004). Gabriel Giorgi (2019) faz uma análise interessante sobre a internet, na qual a compara com uma espécie de “mural virtual”. Nesse mural, que aparenta efemeridade e caráter residual, sedimentam-se escritas, que embora sejam destinadas ao esquecimento, acabam por compor uma paisagem de enunciados que se avolumam, formando uma massa discursiva, por vezes anônima, que produzem um efeito de coro. Assim se regulam e se normalizam como efeito de uma acumulação, mascarando violências sob o disfarce de liberdades.

Para Barbosa (2019), na internet, a liberdade de criação, somada à velocidade de disseminação, cria um ambiente de desinformação e de notícias falsas, conhecidas popularmente como *fake news* (BARBOSA,

2019). A consequência disso é a criação de espaços discriminatórios que permitem a circulação de discursos LGBTI+fóbicos, afirmados pelas suas características opressivas, preconceituosas, discriminatórias, estigmatizadoras, cerceadoras de direitos dos indivíduos LGBTI+. Carvalho e Lionço (2019) observaram que discursos disseminados pela internet associam sujeitos LGBTI+ a criminalidade, abuso sexual, assassinatos e crimes hediondos, e os relacionam com depravação, promiscuidade, pecado, antividua e antinatureza.

O uso de recursos audiovisuais nas postagens, que em sua maior parte se constitui de imagens e vídeos, é a forma mais frequente de intercâmbio de informações, sendo os recursos textuais mais comuns nos comentários. Sobre esse ponto, Spyer (2018) observa que o uso de imagens e vídeos costuma ser mais disseminado nessas plataformas, pois simplifica o entendimento e a expressão de opiniões sobre acontecimentos, inclusive a pessoas iletradas. O uso de imagens e vídeos facilita que os usuários mostrem seus valores morais, que façam piadas depreciativas quanto a assuntos sensíveis.

O uso do humor é comum em imagens que suavizam ou mesmo disfarçam discriminações. De acordo com Moreira (2019), o humor, que tem relação direta com o contexto sociocultural, é comumente reflexo de uma mensagem que induz ao riso, a partir de um sentido jocoso, estranho, inesperado sobre certo evento ou sujeito. No entanto, também tem a função de estabelecer uma distinção entre estes, pela exacerbação de estereótipos, estigmas, e na criação de um senso de superioridade entre pessoas.

Outro ponto importante é a arquitetura de plataformas como o Facebook, que privilegiam, a partir do uso de algoritmos, qual conteúdo será disponibilizado a seus usuários. “O Facebook monetiza sua gigantesca base de dados utilizando algoritmos de inteligência artificial capazes de mapear a personalidade dos usuários, segundo informações da plataforma, com 80% de precisão” (KAUFMAN, 2019, p. 55). Cada ação é recebida pelo *site* como um espelho da personalidade e das emoções de quem o faz, fomentando uma metodologia de funcionamento, que segmenta usuários, oferecendo-lhes, inclusive, publicidade para conteúdos compartilhados que estabeleçam uma conexão com seus afetos. Gera-se, então, uma distribuição de conteúdos categorizados, a partir de gênero, idade, escolaridade, etnia, ‘desvios’ de personalidade, orientação sexual, política e religiosa (SUMPTER, 2019; KAUFMAN, 2019). Por fim, o que se tem é a apreensão de conteúdos mais capazes de confirmar um viés ou de alimentar um sistema de crenças do que de informar fatos e acontecimentos (PARISER, 2012; SANTAELLA, 2018).

Os conteúdos estão submetidos às diretrizes de convivência estabelecidas pelos “Padrões de comunidade” do Facebook (FACEBOOK, 2021), e, nesse sentido, discursos de ódio são geralmente excluídos, quando denunciados. A questão que se colocou, contudo, foi pensar a capacidade que o Facebook tem de revelar discursos conservadores, condicionados a esses padrões, mas que ainda assim transcendem ao que é compreendido como discriminação por orientação sexual e/ou de gênero. Dessa maneira, o que se estabelece é uma violência perpetrada a partir de discursos compostos por afirmações ideológicas, teorias conspiratórias ou persecutórias, pelas ‘sutilezas’ do humor, pelas distorções da ciência, por todos os aspectos observados nas duas comunidades. Esses elementos são característicos de uma violência simbólica, na medida em que criam significados, articulam espaços de poder e estruturam um ambiente sociocultural que deslegitima e invisibiliza sujeitos LGBTI+, causando efeitos que vão além da virtualidade em que se originam (BOURDIEU, 2002).

Ao passo que a internet facilita o compartilhamento contínuo desses aspectos, promove-se a circulação de estigmas e estereótipos negativos, trazendo danos à saúde de pessoas LGBTI+, que podem variar desde danos psicológicos, depressão e baixa autoestima, até alterações cardíacas e alto estresse emocional (MOREIRA, 2019). O problema se agrava ainda mais na medida em que, no plano político, a construção dos significados forjados por esses discursos aumentam a fragmentação social, distanciando a população LGBTI+ do acesso a seus direitos, como segurança, saúde, educação, emprego, renda e moradia. Assim, esse fenômeno carece de atenção por parte das autoridades competentes, e também de comunidades científicas, a fim de que se compreendam suas características e de que se implementem medidas para seu enfrentamento.

## CONSIDERAÇÕES

Qualquer consideração acerca dos elementos analisados neste artigo já corre o risco de defasagem, em virtude da natureza dinâmica da internet. Trata-se de um ambiente de enorme velocidade de transformação, em que muitos dos elementos analisados já haviam sofrido modificações no curso da análise dos dados e da escrita deste artigo. O Facebook, que no início do estudo se mostrava como principal *site* utilizado, passou a dividir protagonismo com outras plataformas, como Instagram e WhatsApp, que embora pertençam à mesma empresa, têm uma interface diferenciada e dinâmicas distintas de comunicação.

Essa velocidade de transformação da internet também guarda uma profunda relação com o avanço das pautas do movimento LGBTI+, que também se utiliza da internet como um espaço para articulação e provimento de informações sobre direitos e demandas desses sujeitos. Como resultado, temos a oportunidade de conhecer as questões que circundam os grupos minoritários e aumentar o alcance da discussão para além das tradicionais fronteiras dos campos acadêmico e político. Observa-se uma certa ruptura na comunicação, propiciada pela internet, que permite que discussões complexas cheguem a estratos menos abastados da sociedade, mesmo em se considerando as questões de exclusão digital que ainda persistem.

No entanto, para o bem ou para o mal, todo capital gerado pela internet ainda permanece nas mãos de grandes monopólios empresariais, ou Big Techs, como a literatura da área tem denominado empresas como Google e Facebook (MOROZOV, 2018). Com isso, há certa incerteza sobre o quão conscientes essas organizações estão acerca da influência que têm sobre as pautas sensíveis da sociedade. E, em face da importância que essas plataformas tomaram nas diversas dimensões do cotidiano, fica evidente que se trata de um caminho sem retorno, cabendo-nos adaptação às mudanças culturais que se estabelecem. Conforme demonstram os resultados deste estudo, o fenômeno da LGBTI+fobia virtual fez emergir uma série de indagações sobre liberdade de expressão e discurso discriminatório. Os discursos proferidos são atravessados pela ingerência dessas plataformas, principalmente em razão de seus algoritmos e de suas diretrizes de uso que desenham no espaço público o que é considerado violento ou não.

São preocupantes a incongruência entre as mudanças culturais trazidas pela internet e a capacidade de discernimento quanto ao seu uso por parte da população. A discussão que se faz, não apenas sobre LGBTI+fobia virtual, mas sobre todas as expressões de violência que são perpetradas nas redes, nos remete a uma (re)leitura do conceito de banalidade do mal, da filósofa Hannah Arendt (ARENDR, 1999). O mal banalizado outrora possibilitou, em nosso tempo histórico, a ascensão do autoritarismo e de totalitarismos que negaram a existência de seres humanos, deslegitimando a diversidade e a alteridade humanas, tão importantes na construção de uma sociedade saudável. A banalização do ódio, que é dito nos espaços da internet, atenta contra as características e os valores do outro, e pavimentam o caminho no qual a violência se perpetua – fora das telas e contra os corpos em sua materialidade.

De acordo com a antropóloga Debora Diniz (2020), “ainda estamos em um momento de definição de um pacto civilizatório de convivência *on-line*”, e esse contexto atravessa dimensões políticas e sociais da vida. Urge, então, tratar dessa discussão na perspectiva da literacia digital, de maneira a incluir quem segue excluído das redes digitais e apontar as melhores formas de uso da internet. O risco de se negligenciar essa necessidade é a construção de espaços virtuais desinformativos, falaciosos, ratificadores de preconceitos e de discriminações que se refletirão na presencialidade.

## REFERÊNCIAS

- AMARAL, Henrique Gonçalves. **A formação de capital social através de redes sociais na internet**. 2012. 85 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.
- ANGROSSINO, Michael. **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- ASSOCIATION OF INTERNET RESEARCHERS (AOIR). **Ethics**. [S. l.]: AoIR, c2020. Disponível em: <https://aoir.org/ethics/>. Acesso em: 06 set. 2020.
- BARBOSA, Mariana. **Pós-verdade e fake news: reflexões sobre a guerra de narrativas**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- BENEVIDES, Bruna G. **ANTRA lança Dossiê dos assassinatos e da violência contra pessoas trans brasileiras em 2020, no Dia Nacional da Visibilidade Trans – 29 de janeiro**. [S. l.]: Antra, 2021. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2021/01/release-dossie-trans-2020-antra.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2021.
- BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim. **Dossiê assassinatos e violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2018**. São Paulo: Expressão Popular: ANTRA: IBTE, 2019.
- BORRILLO, Daniel. **Homofobia: história e crítica de um preconceito**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- BUTLER, Judith. **Discurso de ódio: uma política do performativo**. São Paulo: Editora UNESP, 2021.
- CAMPANELLA, Bruno; BARROS, Carla (org.). **Etnografia e consumo midiático: novas tendências e desafios metodológicos**. Rio de Janeiro: E-papers, 2016.
- CARVALHO, Karla Jordana de Moraes; LIONÇO, Tatiana. Pânico moral, homofobia e discurso de ódio na internet. **Periódicus**, Salvador, v. 1, n. 10, p. 163-183, 2018. DOI: <https://doi.org/10.9771/peri.v1i10.28021>. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/28021>. Acesso em: 09 mar. 2022.
- CAZELLATO, Caio Eduardo Costa; CARDIN, Valéria Silva Galdino. Dos impactos do discurso de ódio homofóbico no ambiente informático. **Revista de Direito, Governança e Novas Tecnologias**, v. 3, n. 1, p. 1-22, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.26668/IndexLawJournals/2526-0049/2017.v3i1.1947>. Disponível em: <https://indexlaw.org/index.php/revistadgnt/article/view/1947>. Acesso em: 09 mar. 2022.
- CHETTY, Naganna; ALATHUR, Sreejith. Hate speech review in the context of online social networks. **Aggression and Violent Behavior**, [s. l.], v. 40, p. 108-118, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.avb.2018.05.003>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1359178917301064?via%3Dihub>. Acesso em: 09 mar. 2022.
- DINIZ, Debora. **Banquinha ao avesso**. [S. l.]: Meta, 2020. Instagram: @debora\_d\_diniz. Live. Disponível em: [https://www.instagram.com/tv/CD7J3A3FRAq/?utm\\_source=ig\\_web\\_copy\\_link](https://www.instagram.com/tv/CD7J3A3FRAq/?utm_source=ig_web_copy_link). Acesso em: 06 set. 2020.
- ELM, Malin Sveningsson. How do various notions of privacy influence decisions in qualitative internet research?. In: MARKHAN, Annette N.; BAYM, Nancy K (ed.). **Internet Inquiry: conversations about method**. Los Angeles: Sage, 2009. p. 69-87.
- ESCOBAR, Auturo. Bem-vindos à cyberia: notas para uma antropologia da cibercultura. In: SEGATA, Jean; RIFLOTIS, Theophilos (org). **Políticas etnográficas no campo da cibercultura**. Brasília, DF: ABA Publicações; Joinville: Editora Letradágua, 2016. p. 21-66.
- FACEBOOK. **Padrões de comunidade**. [São Paulo]: Meta, c2021. Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/communitystandards/introduction>. Acesso em: 20 nov. 2021.
- FEITOSA, Cleyton; MORATO, Rafael. Crimes de ódio virtuais contra LGBT no Brasil: o Humaniza Redes como proteção estatal. **Periódicus**, Salvador, v. 1, n. 10, p. 208-230, 2018. DOI: <https://doi.org/10.9771/peri.v1i10.27379>. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/27379>. Acesso em: 09 mar. 2022.

FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Sulinas, 2013.

FRANCISCO, Severino. **Sociedade da desinformação**. Brasília, DF: UNESCO Brasília Office, 2004.

GIORGI, Gabriel. Arqueologia do ódio: apontamentos sobre escrita e democracia. *In*: KIFFER, Ana; GIORGI, Gabriel. **Ódios políticos e política do ódio**: lutas, gestos e escritas do presente. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 79-129. (Coleção Porque Política?, v. 5).

GRUPO GAY DA BAHIA (GGB). **Assassinato de homossexuais (LGBT) no Brasil**: Relatório 2020. Salvador: [s.n.], 2020.

HINE, Christine. **Virtual ethnography**. London: Sage, 2000.

HINE, Christine (org.). **Virtual methods**: issues in social research on the internet. New York: Berg Publishers, 2005.

HINE, Christine. Estratégias para etnografia da internet em estudos de mídia. *In*: CAMPANELLA, Bruno; BARROS, Carla (org.). **Etnografia e consumo midiático**: novas tendências e desafios metodológicos. Rio de Janeiro: E-papers, 2016. p. 11-28.

INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA (ISP). **Dossiê LGBT+ 2018**. Elaboração: Victor Chagas Matos e Erick Batista Amaral de Lara. Rio de Janeiro: RioSegurança, 2018.

INTERNET LIVE STATS. **Homepage**. [S. n.]: Internet Live Stats, c2018. Disponível em: [www.internetlivestats.com](http://www.internetlivestats.com). Acesso em: 15 mar. 2018.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A invenção da 'ideologia de gênero': a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v. 18, n. 43, p. 449-502, 2018. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-549X2018000300004](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300004). Acesso em: 07 mar. 2022.

KAUFMAN, Dora A. Inteligência Artificial mediando a comunicação: impactos da automação. *In*: BARBOSA, Mariana (org.). **Pós-verdade e fake news**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019. v. 1. p. 49-58.

LE MOS, André; LEVY, Pierre. **O futuro da internet**: em direção a uma ciberdemocracia planetária. São Paulo: Paulus, 2010.

LEVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

LEVY, Pierre. Uma perspectiva vitalista sobre a cibercultura [Prefácio]. *In*: LEMOS, André. **Cibercultura**: tecnologia e vida social na cultura contemporânea. 7. ed. Porto Alegre: Sulina, 2015. p. 12-14.

LIONÇO, Tatiana *et al.* 'Ideologia de gênero': a estratégia argumentativa que forja cientificidade para o fundamentalismo religioso. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v. 18, n. 43, p. 599-621, dez. 2018. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-549X2018000300011&](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300011&). Acesso em: 07 mar. 2022.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. *In*: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018. p. 7-42.

MILLER, Daniel; SLATER, Don. Etnografia *on* e *off-line*: cibercafés em Trinidad. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 10, n. 21, p. 41-65, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-71832004000100003>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/byXgK3hjvpRs4snhb8MSbGy/?lang=pt>. Acesso em: 07 mar. 2022.

MAYNARD, Dilton. Ciberespaço e extremismos políticos no século XXI. **Cadernos do Tempo Presente**, Aracaju, n. 14, p. 71-80, 2013. DOI: <https://doi.org/10.33662/ctp.v0i14.2691>. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/tempo/article/view/2691>. Acesso em: 09 mar. 2022.

MATTOS, Amana Rocha. Discursos conservadores e o truque da 'ideologia de gênero': gênero e sexualidades em disputa na educação. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v. 18, n. 43, p. 573-586, 2018. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-549X2018000300009](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300009). Acesso em: 07 mar. 2022.

MOREIRA, Adilson. **Racismo recreativo**. São Paulo: Jandaira, 2019.

MOREIRA, Vivian Lemos; BASTOS, Gustavo Grandini; ROMÃO, Lucília Maria Sousa. Discurso homofóbico em *blogs*: tessituras da violência e(m) rede. **Calidoscópio**, São Leopoldo, v. 10, n. 2, p. 161-170, 2012. Disponível em: <http://revistas.unisinus.br/index.php/calidoscopio/article/view/cld.2012.102.04>. Acesso em: 09 mar. 2022.

MOROZOV, Evgeny. **Big Tech**: a ascensão dos dados e a morte da política. São Paulo: UBU Editora, 2018.

OLIVEIRA, Rosane Cristina de; LIMA, Jacqueline de Cássia Pinheiro; GOMES, Raphael Fernandes. Machismo e discursos de ódio nas redes sociais: uma análise das 'opiniões' sobre a violência sexual contra as mulheres. **Feminismos**, Salvador, v. 6, n. 1, p. 67-77, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/30363>. Acesso em: 09 mar. 2022.

PARISER, Eli. **O filtro invisível**: o que a internet está escondendo de você. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 20, n. 42, p. 377-391, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0104-71832014000200015>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/n8ypMvZZ3rJyG3j9QpMyJ9m/?lang=pt>. Acesso em: 07 mar. 2022.

PRADO, Marco Aurélio Máximo; MACHADO, Frederico Viana. **Preconceito contra homossexualidades**: a hierarquia da invisibilidade. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

RAMOS, Jair de Souza. Etnografia e digitalização. In: CAMPANELLA, Bruno; BARROS, Carla (org.). **Etnografia e consumo midiático**: novas tendências e desafios metodológicos. Rio de Janeiro: E-papers, 2016. p. 29-45.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet, difusão de informação e jornalismo**: elementos para discussão. [S. l.: s. n.], 2009. Disponível em: <http://www.raquelrecuero.com/artigos/artigoredesjornalismorecuero.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2022.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**. 2. ed. Porto Alegre: Sulinas, 2011.

RECUERO, Raquel. **A conversação em rede**: comunicação mediada pelo computador e redes sociais na internet. Porto Alegre: Sulina, 2012.

REIS, Toni (org.). **Manual de comunicação LGBTI+**. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI; Bogotá: GayLatino, 2018.

RIEDER, Bernhard. Studying Facebook via data extraction: the Netvizz application. In: ANNUAL ACM WEB SCIENCE CONFERENCE, 5., Paris, 2-4 maio 2013. **Proceedings** [...]. Nova York: Association for Computing Machinery, 2013. p. 346-355.

RIOS, Roger Raupp. O conceito de homofobia na perspectiva dos direitos humanos e no contexto dos estudos sobre preconceito e discriminação. In: POCAHY, Fernando (coord.). **Rompendo o silêncio**: homofobia e heterossexualidade na sociedade contemporânea. Porto Alegre: Nuances, 2007. p. 27-48.

SAFERNET. **Homepage**. [S. l.]: SaferNet Brasil, c2021. Disponível em: <https://new.safernet.org.br/>. Acesso em: 20 nov. 2021.

SANTAELLA, Lucia. **A pós-verdade é verdadeira ou falsa?**. Barueri: Estação das Letras e Cores, 2018.

SANTOS, Maria Stella Galvão. Sou curtido, logo existo: vivendo sob a pressão do 'curtir'. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO NORDESTE, 26., João Pessoa, 15-17 maio 2014. **Anais** [...] São Paulo: Intercom, 2014. p. 1-9. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nordeste2014/resumos/R42-0465-1.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2022.

SILVA, Sergio Gomes da; FRANÇA, Alexandre Nabor. Vidas precárias: a performatividade na constituição das violências fóbicas em gêneros e sexualidades. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, DF, v. 39, n. 3, p. 146-160, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003228547>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/mCPPk5RzXXJvzjDwRd5BRR/?lang=pt>. Acesso em: 03 mar. 2022.

SOUSA, Felipe Castro. A atitude do Facebook em relação aos pesquisadores deveria te preocupar. In: SOUSA, Felipe Castro; RODRIGUES, Artur. **Prosa do Produto**, [s. l.], 16 set. 2019. Disponível em: <https://medium.com/prosa-de-produto/a-atitude-do-facebook-em-rela%C3%A7%C3%A3o-aos-pesquisadores-deveria-te-preocupar-1b6af9ebf2d1>. Acesso em: 06 set. 2020.

SOUZA, Jackeline Maria de; SILVA, Joilson Pereira da. Homofobia: discutindo a discriminação no meio escolar. **Revista Fórum Identidades**, Aracaju, a. 5, v. 9, n. 9, p. 107-118, 2011.

SOUZA, Martha Helena Teixeira de *et al.* Violência e sofrimento social no itinerário de travestis de Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 4, p. 767-776, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00077514>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/vZHsPktsBHYtcLMKQMg44tQ/?lang=pt>. Acesso em: 09 mar. 2022.

SPYER, Juliano. **Mídias sociais no Brasil emergente**: como a internet afeta a mobilidade social. São Paulo: UCLPress, 2018. DOI: <https://doi.org/10.14324/111.9781787354777>. Disponível em: <https://discovery.ucl.ac.uk/id/eprint/10052478/1/M%C3%ADdias-Sociais-no-Brasil-Emergente.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2022.

SUMPTER, David. **Dominados pelos números**: do Facebook e Google às *fake news* – os algoritmos que controlam nossa vida. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.